



Licenciatura em Espanhol

Libras

Laralis Nunes de Sousa Oliveira

Gisele Oliveira da Silva

**Filosofias e Políticas da Educação
dos Surdos**

Aula 02



GOVERNO DO BRASIL

Presidente da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro da Educação
ALOIZIO MERCADANTE

Diretor de Ensino a Distância da CAPES
JOÃO CARLOS TEATINI

Reitor do IFRN
BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA

Diretor do Câmpus EaD/IFRN
ERIVALDO CABRAL

Diretora Acadêmica do Câmpus EaD/IFRN
ANA LÚCIA SARMENTO HENRIQUE

Coordenadora Geral da UAB /IFRN
ILANE FERREIRA CAVALCANTE

Coordenador Adjunto da UAB/IFRN
JÁSSIO PEREIRA

Coordenadora do Curso a Distância
de Licenciatura em Letras-Espanhol
CARLA AGUIAR FALCÃO

LIBRAS

Aula 04

Parâmetros das Línguas de Sinais

Professor Pesquisador/conteudista
LARALIS NUNES DE SOUSA OLIVEIRA
GISELE OLIVEIRA DA SILVA

Diretor da Produção de Material
Didático
ARTEMILSON LIMA

Coordenadora da Produção de
Material Didático
ROSEMARY PESSOA BORGES

Revisão Linguística
HILANETE PORPINO DE PAIVA

Coordenação de Design Gráfico
LEONARDO DOS SANTOS FEITOZA

Diagramação
GEÓRGIO NASCIMENTO

Imagens
VITOR HONÓRIO

048l Oliveira, Laralis Nunes de Sousa.

Libras / Laralis Nunes de Sousa Oliveira, Gisele Oliveira da Silva.
– Natal : IFRN, 2014.
5 v. : il. color.

ISBN 978-85-8333-056-1

1. Língua espanhola – Estudo e ensino. 2. Libras – Estudo e ensino. 3. Educação de surdos. 4. Língua de sinais. I. Silva, Gisele Oliveira da. II. Título.

CDU 811.134.2



Aula 02 Filosofias e Políticas da Educação dos Surdos

Apresentação e Objetivos

Estimados discentes da disciplina de Libras,

Iniciaremos neste caderno mais uma relevante temática em torno da Educação dos Surdos no mundo e no Brasil. Para isso, esperamos que você, ao final desta aula, possa:

- Tomar ciência das principais filosofias educacionais da Educação dos Surdos;
- Conhecer os principais dispositivos legais adotados pelo Brasil com relação à Educação dos Surdos.

Bons estudos!



Para Começar

Gostaríamos de propor uma atividade de reflexão para darmos início a nossa segunda aula da disciplina de Libras. Observe as figuras abaixo:

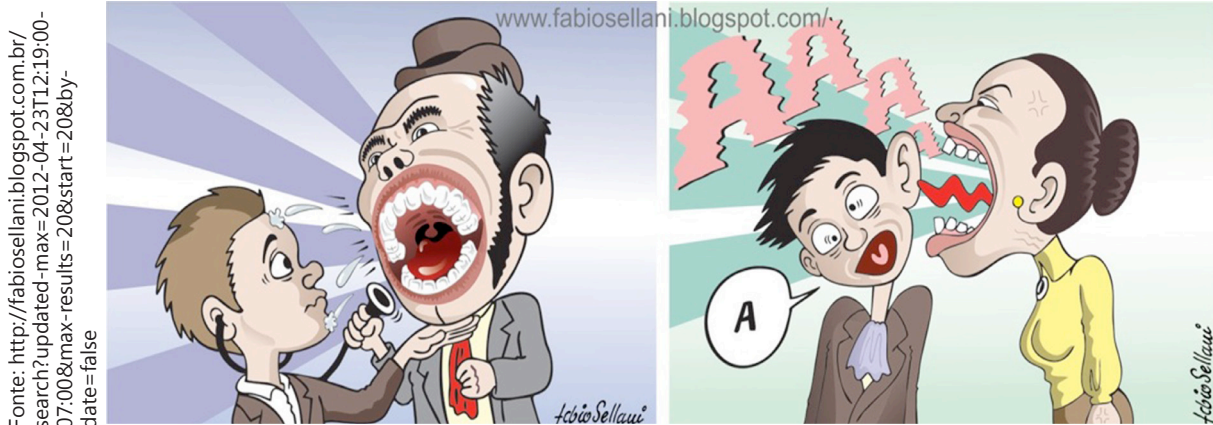


Fig. 01 - Ouvintes gritando para surdos.

As figuras acima têm relação direta com um dos momentos históricos da educação de surdos, quando pudemos observar o sofrimento e luta deles contra os métodos empregados pelo Oralismo, conforme vimos no caderno 1. Diante de tais proibições frente à língua de sinais, muitos surdos continuaram resistindo à imposição daqueles que acreditavam que eles só poderiam constituir-se enquanto sujeitos se pudessem falar a língua oral.

Com o intuito de tratarmos das filosofias educacionais e dos principais dispositivos legais brasileiros referentes ao surdos, traçamos o seguinte trajeto a ser percorrido nesta aula:

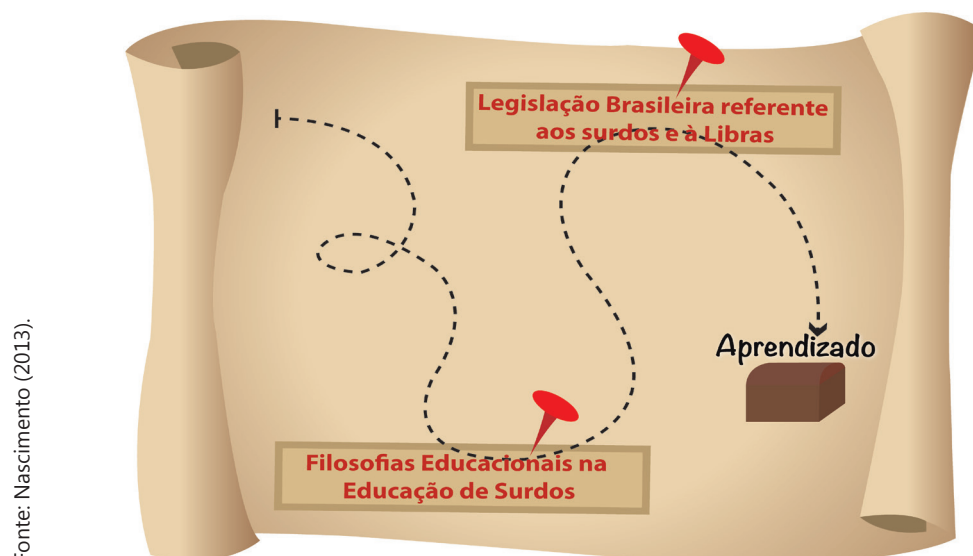


Fig. 02



FILOSOFIAS EDUCACIONAIS

As práticas educativas e concepções de ensino, frequentemente, devem ser repensadas e analisadas por nós, atores sociais que compõem o cenário educacional.

Quando nos referimos à Educação de Surdos, historicamente percebemos que o olhar que se teve do surdo e da surdez foi mudando de acordo com a época, país e contexto político. A partir de agora, apresentaremos as três filosofias que têm subjazido a Educação de Surdos, presentes ainda nos dias de hoje em maior ou menor intensidade nas escolas em que eles estudam. São elas: o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo.

Oralismo

Como foi introduzido no caderno anterior, em 1880 houve o Congresso de Milão, na Itália, onde foi decidido sobre qual método de ensino deveria ser adotado pelas escolas de surdos no mundo todo.

Nesse congresso, um grupo acreditava que os surdos tinham uma forma específica para se comunicarem e que poderiam ser ensinados através dela - a língua de sinais - , mas outro grupo, liderado por Alexandre Graham Bell, defendia que os surdos deveriam aprender a língua oral e que poderiam fazer uso da fala, da escrita e da leitura labial na educação.

Professores surdos e ouvintes foram chamados a comparecer ao congresso, mas na hora da votação, apenas os ouvintes tiveram o direito de votar e decidir o destino dos surdos do mundo inteiro. Alexandre Graham Bell aproveitou-se de toda sua influência e defendeu o Oralismo, acabando por se tornar o grande defensor dessa filosofia. Após a votação, a língua de sinais foi banida completamente da educação dos surdos, o que impôs ao Povo Surdo a modalidade de comunicação oralista. Segundo Guarinello (apud PINHEIRO, 2007), o uso do Oralismo venceu. Porém, a Língua de Sinais foi oficialmente proibida de ser usada no mundo todo.

Fonte: <http://fabiosellani.blogspot.com.br/search?updated-max=2012-04-23T12:19:00-07:00&max-results=20&start=208&by-date=false>



Fig. 03 - Surdos tentando falar com mãos para trás.

Como mostra a figura criada por um surdo, depois do congresso era comum a prática de amarrarem as mãos das crianças para trás a fim de evitar que essas se comunicassem através dos sinais. Diante desse cenário, toda a qualidade da educação ofertada aos surdos caiu drasticamente. De acordo com Pinheiro (2007), esse marco foi considerado como um retrocesso gigantesco na Educação dos Surdos no mundo.

O progresso da sociedade capitalista e o avanço das tecnologias facilitaram a prática da oralização do surdo, o Oralismo se espalhou e tornou-se referência para a educação desses sujeitos na segunda metade do século XIX. Essa modalidade tinha como pressuposto fundamental, segundo Strobel e Perlin (2008):

- Evitar ao máximo o uso da língua de sinais para que o surdo tivesse êxito em seu aprendizado através do treinamento da fala;
- Afirmar a importância da integração dos surdos na comunidade de ouvintes por meio da fala;
- Priorizar a reabilitação em direção à normalidade exigida pela sociedade.

Perceba que essa filosofia busca a convivência do surdo dentro da comunidade de ouvintes, o que, nessa perspectiva, representa a única forma do surdo desenvolver a língua oral (no caso do Brasil, o Português). Além disso, o Oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva (GOLDFELD, 2002).

Com o desejo de ver os sujeitos surdos falando e ouvindo, muitos órgãos governamentais repassaram enormes verbas para a aquisição de equipamentos que pudessem potencializar seus restos auditivos, além de projetos de formação de professores leigos que, muitas vezes, faziam o papel de fonoaudiólogos, ficando assim a proposta educacional direcionada quase que exclusivamente para a reabilitação de fala aos sujeitos surdos (STROBEL; PERLIN, 2008).



Assim é

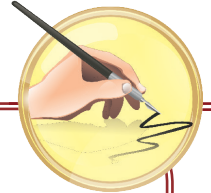
Após refletirmos sobre o que foi anteriormente discutido, percebemos que a história do povo surdo foi marcada pelas constantes avaliações clínicas e que sua educação centrou-se no modelo ouvintista que definia a surdez como uma deficiência, devendo assim ser corrigida.

Dorziat (2006) enumera algumas tecnologias que foram fundamentadas no modelo oral:

- Treinamento auditivo, que faz uso de Aparelhos de Ampliação Sonora Individual (AASI) "possibilitando", a partir da estimulação auditiva, que o surdo desenvolvesse a capacidade de discriminar e compreender os ruídos dos sons ambientais;

- Oralização externa através de exercícios oro-faciais que exercitavam os órgãos responsáveis pela oralização (músculos dos lábios, mandíbulas, língua, entre outros) e facilitavam a mobilidade na articulação dos fonemas;
- Leitura labial, por meio da qual o surdo era treinado de modo a compreender os fonemas a partir dos movimentos orais do emissor do discurso.

Mãos à obra



A filosofia oralista teve início no século XIX, após o avassalador Congresso de Milão. Essa concepção influenciou fortemente as práticas no contexto da Educação de Surdos em todo o mundo. Diante desse quadro, como você percebe essa filosofia no contexto atual da educação dos surdos no Brasil?

Assim é



COMUNICAÇÃO TOTAL

Na década de 1970, devido às inúmeras críticas feitas ao Oralismo por causa dos péssimos resultados e às descobertas de William Stokoe sobre o caráter linguístico das Línguas de Sinais, alguns pais de surdos, professores e pesquisadores propuseram uma nova abordagem para a educação dos surdos. Tivemos o advento da Comunicação Total, cuja metodologia faz o uso de vários recursos de linguagem, tais como fala, escrita, gestos, mímica, pantomima, sinais, leitura orofacial, uso residual da audição, formato da mão correspondente aos fonemas da linguagem oral entre outros.



Fig. 04 - Criança e adulto usando a técnica Cued Speech, uma metodologia da Comunicação Total.

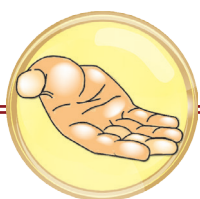
Fonte: http://3.bp.blogspot.com/_R-AhPgfileo/TKioldvMeki/AAAAAALhw/A4iAesZ309U/s1600/cued+speech.bmp

Para essa filosofia, tudo que facilite a comunicação entre surdos e ouvintes é aceitável e pode ser usado. Segundo Guarinello (*apud* PINHEIRO, 2010), rapidamente essa abordagem foi disseminada, adquirindo um reconhecimento maior do que outros métodos americanos já existentes.



Rochester: utilizava o alfabeto manual e a fala na educação dos surdos.

Cued Speech: combina o uso da audição residual e da leitura orofacial, formato de mão, correspondente aos fonemas da linguagem oral.



Assim é

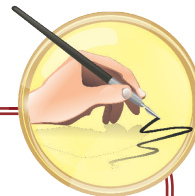
Alguns estudiosos reconhecem a importância do surgimento desse modelo, pois ao incorporar a Língua de Sinais como uma das metodologias a ser usada, trouxe o seu reconhecimento e valorização, uma vez que ela foi muito oprimida e marginalizada por mais de 100 anos (STROBEL; PERLIN, 2006).

Segundo Ciccone (*apud* GOLDFELD, 2002), os profissionais que se encaminham por essa filosofia não veem o surdo apenas como alguém que tem uma patologia médica, mas como ser humano, e a surdez como uma marca que repercute em suas relações sociais e no desenvolvimento afetivo e cognitivo.

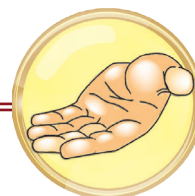
Em oposição ao pensamento dos oralistas, a filosofia da comunicação total acredita que só com o aprendizado da língua oral, como querem os oralistas, não é possível o desenvolvimento completo da criança surda.

Como o próprio nome sugere, essa filosofia visa, sobretudo, a comunicação e a interação. O aprendizado de uma língua não é o objetivo da Comunicação Total, mas sim a possibilidade de os surdos se comunicarem.

No Brasil, essa filosofia foi bem aceita pelos educadores e, além da língua oral, o português, e dos demais recursos, os surdos utilizavam a datilologia, que é o alfabeto manual. Dentro dessa filosofia, recomenda-se, ainda, que os educadores façam uso do bimodalismo, que é o uso da Língua de Sinais com a língua oral tendo como objetivo a representação espaço-visuo-manual da língua majoritária.



Após a exposição dos conteúdos anteriores, no que se refere às filosofias, como você avalia a concepção dos profissionais que atendem esses sujeitos em sua cidade? Qual a filosofia que norteia suas ações?



BILINGUISMO



Fig. 05 - Professor sinalizando para alunos em referência ao bilinguismo.

Inicia-se na década de 1970 um movimento de reivindicação contra a forma como os surdos estavam sendo ensinados, que culminou com o surgimento da filosofia bilíngue de educação. Essa filosofia tem como pressuposto básico que os surdos devem ser bilíngues, ou seja, devem adquirir como língua materna, a Língua de Sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a maioria de seu país.

Para alguns autores, como Goldfeld (2002), essa proposta tem sido considerada

a mais adequada para o ensino de crianças surdas, pois considera a Língua de Sinais como sendo a língua natural do surdo, estando pautada no ensino da Libras como primeira língua, e do português, na modalidade escrita e/ou oral, como segunda língua do surdo. Autores ligados ao bilinguismo percebem o surdo de forma bastante diferente dos autores oralistas e da comunicação total. Para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo aceitar e assumir sua surdez.



O conceito mais importante que a filosofia bilíngue traz é de que os surdos formam uma comunidade, com cultura e língua próprias. A noção de que o surdo deve, a todo custo, tentar aprender a modalidade oral da língua para poder se aproximar o máximo possível do padrão da normalidade é rejeitada por essa filosofia. Isso não significa que a aprendizagem da língua oral não possa ser realizada pelo surdo, mas não é percebida como seu único objetivo educacional, nem como uma possibilidade de minimizar as diferenças causadas pela surdez (GOLDFELD, 2002).



Assim é

Sacks (2010), afirma que, respeitando a nomenclatura da comunidade surda americana, utiliza-se o termo Surdez (com S maiúsculo) para designar um grupo linguístico e cultural, e o termo surdez (com s minúsculo) para designar uma condição física, a falta de audição. Portanto, nessa filosofia, a questão principal é a Surdez e não a surdez, ou seja, os estudos se preocupam em entender o Surdo, suas particularidades, sua língua (a de sinais), da cultura e a forma singular de pensar, agir etc., e não apenas os aspectos biológicos ligados à surdez (GOLDFELD, 2002).

Na ideologia do bilinguismo, as crianças surdas precisam ser postas em contato primeiro com pessoas fluentes na Língua de Sinais, sejam seus pais, professores ou outros, mas existem divergências quanto à definição do bilinguismo enquanto prática. Em alguns países, compreende-se que a criança surda deve adquirir a língua de sinais e a modalidade oral da língua do seu país, sendo posteriormente alfabetizada também na língua oficial de seu país. Entretanto, autores como Sánchez (1993) acreditam ser necessário para o surdo adquirir a língua de sinais e a língua oficial de seu país apenas na modalidade escrita, e não na oral.

Brito (*apud* GOLDFELD, 2002), cita algumas consequências que a criança surda poderá sofrer caso não seja exposta à Língua de Sinais. De acordo com a autora, o surdo:

- Perderá a oportunidade de usar a linguagem, senão o mais importante, pelo menos um dos principais instrumentos para a solução de tarefas que se lhes apresentam no desenvolvimento da ação inteligente;
- Não irá recorrer ao planejamento para a solução de problemas;



Fonte: Nascimento (2013).

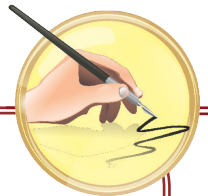
Fig. 06 - Bilinguismo.

- Não irá superar a ação impulsiva;
- Não irá adquirir independência da situação visual concreta;
- Não irá controlar seu próprio comportamento e o ambiente;
- Não se socializará adequadamente.

Portanto, a Língua de Sinais seria a única que o surdo poderia adquirir de modo natural e dominar plenamente, servindo para todas as suas necessidades de comunicação cognitivas.

O Bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua primeira a Língua de Sinais, que é considerada a sua língua natural e, como segunda língua, a língua oficial de seu país. Os autores ligados ao Bilingüismo percebem o surdo de forma bastante diferente dos autores oralistas e da Comunicação Total. Para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez (GOLDFELD, 1997).

Mãos à obra



Reconhecem-se atualmente três filosofias referentes à Educação de Surdos: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo (GOLDFELD, 2002).

a) Cada uma das assertivas abaixo se coaduna a uma das filosofias educacionais mencionadas. Escreva nos espaços em branco o nome da filosofia que corresponde ao texto próximo dele.

Texto	Filosofia Educacional
<p>Descobriu-se que Alice era profundamente surda quando ela estava com dezessete meses [...]. Seus pais foram persuadidos de que uma solução para ela estava no método Cued Speech, combinado ao uso de aparelhos auditivos muito potentes (O método Cued Speech [fala com indicações], desenvolvido por Orin Cornett, utiliza posições de mão simples perto da boca, que servem para deixar claros os sons diferentes que parecem iguais para quem lê os lábios). Alice manifestadamente saiu-se bem com essa técnica, adquiriu um vocabulário amplo e uma gramática excelente e (aos cinco anos de idade) possui um expressivo nível de linguagem, vinte meses além do de sua idade. Ela sabe ler e escrever bem, <i>gosta</i> de ler e escrever. Tem bons resultados na escola (onde ela conta todo o tempo com um intérprete para o método Cued Speech). Seus pais descreveram-na como "muito inteligente, bem adaptada, popular, extrovertida", apesar de terem alguns receios, agora, quanto a veem "isolada" na escola. (SACKS, 2010, p. 161 - nota.) (grifo do autor).</p>	
<p>Na inter-relação entre as línguas, torna-se perceptível o quanto a Língua de Sinais é crucial para os processos de subjetivação dos educandos surdos e o quanto é imprescindível para o ensino do Português (<i>sic</i>), não como um mero recurso de apoio, como alguns advogam, mas como uma condição para a construção de sentidos de uma maneira mais ampla (RAMIREZ; MAZUTTI, 2009, p. 23).</p>	
<p>É indicação comum da abordagem natural que o sujeito surdo freqüente uma escola de ensino regular, onde estará em contato com falantes da língua oral e [...] irá aprendê-la por meio das interações com seus pares ouvintes. Significa ainda que o professor deve utilizar, na comunicação e no ensino, a linguagem oral com certas adaptações, como falar mais devagar, sempre de frente para o aluno surdo, entre outras recomendações. (BOTELHO, 2013).</p>	

b) Apresente, no mínimo, três características de cada uma das três filosofias.



Após termos estudado as filosofias da educação de surdos, daremos início a nosso estudo sobre alguns dos principais dispositivos legais que versam sobre a Educação de Surdos.

PRINCIPAIS DISPOSITIVOS LEGAIS SOBRE EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

1. Políticas e Legislação Brasileira: implicações na Educação de Surdos

Especificamente sobre o surdo, há pelo menos quatro dispositivos legais de âmbito Federal basilares. Vejamos cada um deles.

1. Lei nº10.098/2000 - “Lei da Acessibilidade”

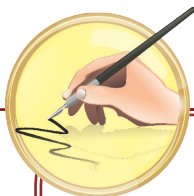
Promulgada em 2000, a Lei nº10.098 “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” (BRASIL, 2000/2013). Ou seja, essa Lei não trata apenas de especificidades relativas às pessoas surdas.

No Capítulo VII, essa Lei aborda a questão da **acessibilidade comunicacional**, a qual toca diretamente os surdos, uma vez que, para esses sujeitos, a primordial condição de acessibilidade é o uso de sua Língua, a Libras.

A Lei mostra a responsabilidade que tem o Poder Público na promoção da acessibilidade comunicacional à informação, à educação e à cultura, bem como na formação de profissionais aptos a trabalharem na acessibilidade do surdo. Pense nisso: se para os cadeirantes, por exemplo, as condições de acessibilidade são, em sua maioria, arquitetônicas com ênfase nas rampas e banheiros adaptados, no caso dos surdos as condições dizem respeito a sua língua. Diferentemente das alterações arquitetônicas, a acessibilidade comunicacional do surdo exige, entre outras coisas, pessoas fluentes em Língua de Sinais.

A Lei aponta, ainda, a necessidade de garantia de acessibilidade comunicacional para o surdo também nos serviços de radiodifusão, não só pela da “língua de sinais” mas por outros meios disponíveis. Certamente você conhece um desses outros meios: trata-se do recurso televisivo **closed caption**, que legenda toda informação sonora que passa na TV. Para mais informações, http://pt.wikipedia.org/wiki/Closed_caption.

A Lei nº10.098 constitui-se um marco no acesso à educação pelo surdo por reconhecer sua forma natural de comunicação, os sinais, prevendo, inclusive, a formação de profissionais aptos a interpretar para os surdos informações que estejam em Língua Portuguesa. Isso abriu as portas para a criação da próxima Lei que veremos.



Mãos à obra

Raramente paramos para pensar sobre isto: que o surdo tem necessidade de acessar os mesmos ambientes institucionais que os ouvintes acessam. Levando em consideração a sua cidade, faça um levantamento rápido das instituições que você conhece. Esses locais são acessíveis para os surdos? Na sua opinião, como os surdos procedem quando precisam de algum serviço prestado nesses locais?



LINGUAGEM OU LÍNGUA DE SINAIS?

Por ser de 2000, a Lei 10.098 ainda denomina a forma de comunicação do surdo como **linguagem de sinais**. Após 2002, contudo, o Brasil passou a reconhecer que essa linguagem, na realidade, é uma **língua**. Por isso, nesta disciplina falamos em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).



Lei nº 10.436/2002 - "Lei de Libras"

Promulgada em 2002, a Lei nº 10.436 é considerada a maior conquista legal dos surdos brasileiros de todos os tempos.

Como visto na aula anterior, desde 1857, com a fundação do INES, há registros em nosso país de tentativas dos surdos estabelecerem, disseminarem e preservarem sua forma de comunicação. Contudo, embora esse intento fosse significativo dentro da comunidade surda, a população brasileira, em geral, não atribuía relevância a esse esforço. A indiferença frente a ele foi agravada após o início da vigência da filosofia educacional oralista.

Embora nas décadas de 1970, 1980 e 1990 os sinais tenham voltado a serem aceitos abertamente na comunicação dos/com os surdos, foi somente nos anos 2000 que, de fato, o Brasil assumiu a "linguagem dos sinais" como Língua Brasileira de Sinais - Libras.

A Lei nº 10.436:

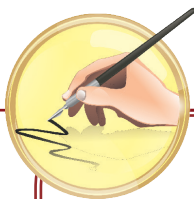
- define o que é a Libras para efeitos legais. Vejamos: "Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil" (BRASIL, 2002/2013).
- reconhece a Libras como meio de comunicação oficial da **comunidade de pessoas surdas do Brasil**;
- responsabiliza o poder público e as empresas concessionárias de serviços públicos pelo fomento do uso e da difusão da Libras;
- obriga o poder público e as empresas concessionárias de serviços públicos de saúde a oferecerem tratamento adequado ao surdo;
- determina a implementação da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e nos cursos de fonoaudiologia, devendo integrar os PCN's.

A partir da aprovação dessa Lei, os surdos brasileiros passaram a vivenciar um novo momento de sua história. Para eles, a sua forma de comunicação sempre cumprira o papel de língua, porque, de fato, ela era uma língua desde sempre. Contudo, para a comunidade majoritária ouvinte, os sinais não passavam de um conjunto restrito

de gestos produzidos de forma assistemática, incapazes de ultrapassar o âmbito concreto das informações. Por isso, a despeito de a Lei 10.098/2000 já prever que os surdos tinham direito às informações de que necessitassem por meio da “linguagem de sinais”, o fato de sua forma de comunicação não ser reconhecida legalmente como uma Língua ainda atravancava muitos caminhos.

A seriedade com que se passou a considerar as questões educacionais relativas aos surdos foi inédita. “Um brasileiro que não fala português? Como assim?”; “Uma língua que se fala com as mãos e se ouve com os olhos? Como assim?”; “Uma disciplina inteira destinada à temática da Libras num contexto em que a carga horária já é tão apertada? Como assim?”. A Lei de Libras veio para abalar estruturas tradicionalmente sedimentadas pela segurança de saberes aparentemente inquestionáveis. A reformulação de concepções por parte dos professores e dos gestores de todos os níveis de ensino seria inevitável nesse ponto.

Enquanto isso, os surdos comemora(va)m sua conquista, que afeta diretamente a educação que se destina a eles. E havia mais por vir...



Mãos à obra

Como você, futuro professor analisa o contexto em que a Libras passa a ser oficialmente obrigatória, nos cursos de licenciatura?



Assim é

1.3. Decreto nº5.626/2005 - Detalhes que fazem toda a diferença

As Leis nº 10.098/2000 e 10.436/2002 não discorrem extensivamente sobre a acessibilidade do surdo ou sobre a Libras. Ao contrário, ambas somam apenas oito artigos que versam sobre esses temas. Como qualquer outra lei, elas dão determinações

gerais. As orientações sobre como essas determinações serão executadas ficam a cargo de um Decreto, e no caso da Lei da Acessibilidade e da Lei de Libras, um dos dispositivos que detalham sua forma de concretização é o Decreto nº 5.626, do ano de 2005.

Esse documento é, antes de tudo, prova de como a Lei de Libras representou avanço significativo nas leituras e nas pesquisas sobre os surdos. No Decreto, a **pessoa surda** é definida não como "aquela que não escuta", ou "aquela que tem perda auditiva" somente, mas como "aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras".

Importante esclarecer que anteriormente ao Decreto 5.626, já desde finais da década de 1980, as discussões sobre uma visão sócio-antropológica da surdez e sobre a educação bilíngue para surdos aconteciam no Brasil, sobretudo entre a comunidade surda e em alguns núcleos acadêmicos. O Núcleo de Pesquisa em Políticas de Educação para Surdos (NUPPES), da UFRGS, tem grande representatividade nesse sentido.

Assim é



Apesar disso, não deixa de constar no Decreto o conceito de deficiência auditiva, o que demonstra a resistência que existe para o desvencilhamento da concepção de surdo a partir daquilo que lhe falta, a audição. Porém, ainda que não deixe de conceituar o que vem a ser deficiência auditiva, esse dispositivo legal distancia-se minimamente de uma visão monofocal medicalizada da surdez, compreendida como um déficit, uma falta, uma deficiência mensurável em decibéis, partindo para uma concepção do surdo que busca se aproximar mais de uma visão desse sujeito como um ser social, cultural e histórico.

Se três anos antes pouco se falava sequer em educação de surdos, em 2005, no momento da criação do Decreto, as discussões ultrapassavam questões relativas à Libras, já se ventilava, a nível político e nacional, uma **educação bilíngue** para os surdos brasileiros.

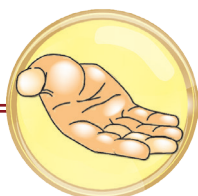
No Brasil, o termo "educação bilíngue" no contexto do decreto quer dizer que o processo educacional do surdo no âmbito escolar deve envolver duas línguas, a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais.

A Libras, como primeira língua do surdo, é também sua língua de instrução, o que significa que todas as disciplinas devem ser ministradas a ele em Língua Brasileira de Sinais. Nesse modelo educacional, a Língua Portuguesa também figura como língua de instrução, mas como segunda língua do surdo, em sua modalidade escrita. O Decreto prevê que a concretização desse modelo educacional pode se dar em escolas e classes bilíngues, em que podem se matricular tanto alunos surdos quanto ouvintes.

A escolha pela aprendizagem da Língua Portuguesa Oral pelo surdo fica facultada a ele e à família, e deverá ser articulada não diretamente com o professor, mas entre o sistema de saúde e o de educação. No caso de o surdo e a família optarem por uma educação exclusivamente oral, sem o uso da Libras, estes devem comunicar a instituição de ensino. Repare que, sobre esse tópico, há uma inversão nas relações: a regra deve ser a ministração de aulas em Libras em locais em que há surdos. O ensino oral é a exceção, devendo ser solicitado à escola.



É verdade que em outros países o tema da Educação Bilíngue para Surdos remonta décadas. Contudo, há que se reconhecer que, no Brasil, quando finalmente essas ideias aportaram, rapidamente ganharam espaço e passaram a ser centro de discussões. Vale ressaltar que isso não significa que já alcançamos o status bilíngue na educação nacional como um todo, apenas que se veem discussões sobre o tema ganhando espaço. O modelo bilíngue de educação brasileira é apenas uma das muitas variedades de bilinguismo existentes no mundo.



Assim é

Um tópico interessante de que o Decreto trata é o da formação docente. Primeiramente, corroborando o que prescreve a Lei nº 10.436/2002, ele determina a implementação da disciplina de Libras em todas as Licenciaturas e cursos de Fonoaudiologia. Para os demais cursos de nível superior, a disciplina de Libras deve ser ofertada em caráter optativo.

Ainda sobre formação de professores, o Decreto aborda a formação de instrutores de Libras, professores de Libras e tradutores-intérpretes de Libras, deixando claro que cada profissional exerce uma função diferenciada. Vale a pena ler o Decreto na íntegra para que você, docente em formação, esteja ciente de cada um desses papéis, de seus direitos e dos direitos dos discentes surdos!

1.4 Lei nº 12.319/2010 - "Lei do Tradutor-Intérprete de Libras - TILS"

Cinco anos após a promulgação do detalhado Decreto nº 5.626, mais uma conquista pôde ser contada pela comunidade surda brasileira: o reconhecimento da profissão do tradutor-intérprete de Libras, conhecido como TILS, em nível federal.

Conforme visto anteriormente, o trabalho desse profissional constitui-se condição para a acessibilidade do surdo, tanto no âmbito educacional (desde o ensino fundamental ao nível superior), quanto nas mais diversificadas instâncias sociais de que o surdo participa.

Essa ação reverberou de modo muito positivo na educação dos surdos deste país. Anteriormente à Lei em questão, Federação, Estados e Municípios não admitiam esses profissionais como "Tradutores-Intérpretes de Libras", mas como Auxiliares Administrativos, Técnicos de Assuntos Educacionais ou Professores, por exemplo. O motivo era o de que o cargo apropriado não existia. Hoje, a profissão e o cargo já são reconhecidos em vários estados e municípios brasileiros, o que tem atraído muitos a se formarem nessa área ainda bastante árida, mas fascinante!

Em nível nacional, após a aprovação dos dispositivos legais mencionados, algumas ações foram feitas no sentido de cumprir as preconizações estabelecidas. Vejamos algumas que merecem destaque:

-Disciplina de Libras: sim, trata-se mesmo desta disciplina que você está cursando! Obrigatória a todas as licenciaturas e cursos de Fonoaudiologia, a disciplina de Libras está ganhando espaço gradativamente. Até 2015, todas as instituições de nível superior deverão ofertar esse componente curricular, inclusive para os discentes que queiram cursá-la como disciplina optativa.

- Prolibras: o Exame de Certificação de Proficiência em Libras - Prolibras - teve sua primeira edição em 2006, logo depois da publicação do Decreto nº 5.626/2005. Ele é promovido no Brasil inteiro e, atualmente, visa não só aferir e atestar o conhecimento em Libras, mas certificar usuários surdos e ouvintes da Libras com formação em nível médio para a interpretação Libras>Português>Libras e para o ensino da Libras. Antes de terem se graduado as primeiras turmas dos cursos de Letras-Libras, o Prolibras também emitia certificados para pessoas com nível superior. O site do Exame é www.prolibras.ufsc.br. Vale a pena visitar!

-Letras-Libras: a primeira edição do curso de Letras-Libras começou em 2006 e foi ministrada a distância pela Universidade Federal de Santa Catarina a 9 instituições federais e estaduais parceiras de diversos estados brasileiros. Tratava-se de um curso de Licenciatura em que a Libras era não só objeto de estudo, mas língua de instrução. A segunda edição do curso teve início em 2008 e passou a contar também com o curso de bacharelado em Letras-Libras. Assim, enquanto a Licenciatura formaria professores de Libras, o Bacharelado formaria Tradutores-Intérpretes dessa Língua.

Desde então, outras universidades brasileiras estão investindo na criação do curso internamente, formando profissionais com perfis os mais variados. A UFSC continua a ministrar o curso, mas na modalidade presencial. Para visitar o Ambiente Virtual de Aprendizagem das duas primeiras edições do Letras-Libras ministradas pela UFSC acesse <http://www.libras.ufsc.br/hiperlab/avalibras/moodle/prelogin/index.htm>. No campo *usuário* digite "visitante", e no campo *senha* digite "libras". Na página, você encontrará os materiais das disciplinas ministradas, vídeos em Libras, glossários e muito mais!

- Pedagogia bilíngue: esse curso de nível superior teve sua primeira turma formada em 2006 no Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES -, sendo ministrado lá até hoje. Ele visa formar pedagogos bilíngues, aptos a atuarem na educação de alunos surdos em Libras, respeitando as peculiaridades não apenas linguísticas, mas culturais e sociais dos discentes. A Língua Portuguesa, no contexto do curso, é abordada como segunda língua na formação da criança surda, em modalidade escrita. Suas vagas são destinadas a surdos e ouvintes. Para saber mais sobre o curso, acesse www.ines.gov.br/ensinosuperior.

Aqui foram mencionados apenas quatro dispositivos legais de nível federal que tocam diretamente a educação dos surdos brasileiros. Nos níveis Estadual e Municipal, ações têm sido feitas no sentido de adequar as preconizações apresentadas às realidades locais.

Ainda há muito a ser conquistado pela comunidade surda brasileira, mas é inegável o salto legal que a primeira década do século XXI deu em relação a questões caras aos cidadãos sinalizadores da Libras no Brasil.



Já sei!

Nesta aula você estudou as filosofias da educação de surdos, bem como os principais dispositivos legais adotados pelo Brasil no que se refere à educação de surdos. Tomou conhecimento de que as Leis brasileiras são criadas sob a perspectiva de Educação Bilíngue para Surdos. Viu que o marco legal referente aos Surdos Brasileiros é a Lei nº10436/2002, que reconhece a Libras como língua oficial da Comunidade Surda deste país. Teve a chance de conhecer também outros dispositivos legais importantes, a Lei nº10.098/2000, que versa sobre a acessibilidade de um modo geral; o Decreto 5.626/2005, que regulamenta as duas Leis anteriores; e a Lei nº 12.319/2010, que cria em nível federal a profissão do Profissional Tradutor-Intérprete de Libras.

Autoavaliação



Leia o texto abaixo:

Cremos que Educação Inclusiva não é sinônimo de "inclusão escolar"; em verdade, é muito mais que isto. O que é Educação Inclusiva? É um processo educacional que gera conhecimento e reconhecimento, que gera desenvolvimento pessoal e empoderamento, que gera bem-estar individual e inclusão social, que desenvolve auto-conhecimento e ampla visão de mundo. Ou seja, é um processo educacional que consegue o resultado de levar alguém a ser efetivamente incluído na sociedade, sendo capaz de fazer uma leitura de mundo e uma narração de si próprio, podendo contribuir para o desenvolvimento social. Isso é perfeitamente possível aos surdos numa escola própria para eles (SÁ, 2007/2013).

Considerando a filosofia bilíngue a proposta mais adequada para a educação dos surdos, como você, futuro professor, avalia a política atual de inclusão brasileira, segundo a qual o aluno surdo passa a ser assistido em língua de sinais, no contraturno, uma vez por semana na sala de recurso multifuncional? Você acredita ser possível que a criança surda possa verdadeiramente adquirir uma língua nesse contexto?

Um passo a mais



Após o estudo do caderno sobre legislação e filosofias educacionais, vamos conhecer mais sobre o que as associações de surdos, federações e o INES estão fazendo para a efetivação das conquistas legais. Para isso, acesse:

https://docs.google.com/folder/d/0B8A54snAq1jAYV9UUFpSZFUxXzg/edit?docId=1ygEmgqmGuH4R3coUMEdXJ-wpOKg579iA43Gr2GrwR_o



Referências

BOTELHO, Paula. **Educação inclusiva para surdos**: desmistificando pressupostos. Disponível em <www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/educsurdos.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2013.

BRASIL. **Lei nº10.436 de 24 de abril de 2002**: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 03 nov. 2012.

_____. **Decreto nº5.626 de 22 de dezembro de 2005**: regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 03 nov. 2012.

_____. **Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000**: estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 03 nov. 2012.

_____. **Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010**: regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais - LIBRAS. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1025011/lei-12319-10>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2.ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

PINHEIRO, Lucineide Machado. **Língua de sinais brasileira**: libras I (Livro curso de Especialização em Libras promovido pela Sociesc). São Paulo: Know, 2010.

RAMIREZ, Alejandro Rafael Garcia; MASUTTI, Mara (Orgs.). **A educação de surdos em uma perspectiva bilíngue**: uma experiência de elaboração de softwares e suas implicações pedagógicas. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009.

SÁ, Nídia Regina Limeira. **Carta aberta ao MEC**. Disponível em <www.eusurdo.ufba.br/arquivos/CARTA_ABERTA_NIDIA.doc>. Acesso em: 20 abr. 2013.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Fonte das figuras

Fig. 01 - <http://fabiosellani.blogspot.com.br/search?updated-max=2012-04-23T12:19:00-07:00&max-results=20&start=20&by-date=false>

Fig. 02 - Autoria própria.

Fig. 03 - <http://fabiosellani.blogspot.com.br/search?updated-max=2012-04-23T12:19:00-07:00&max-results=20&start=20&by-date=false>

Fig. 04 - http://3.bp.blogspot.com/_R-AhPgJlIeo/TKioldvMekI/AAAAAAALhw/A4iAesZ309U/s1600/cued+speech.bmp

Fig. 05 - Autoria própria.

Fig. 06 - Autoria própria.